

'EM 1990, QUANDO RECEBI CHEQUE DO JORNALISTA RONALDO JUNQUEIRA, EU SEQUER ERA GOVERNADOR.'

(Do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz)

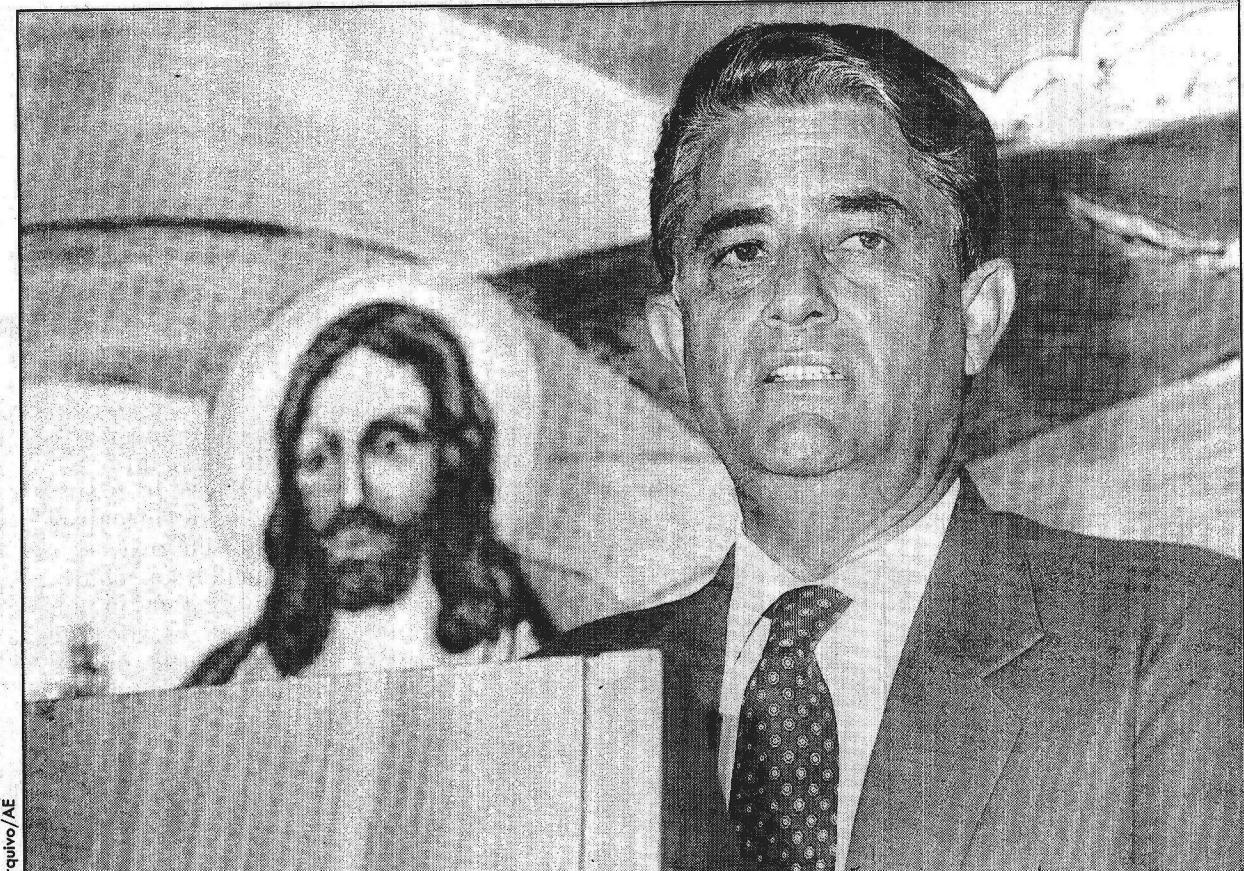
# CPI: enquadramento para Roriz.

SUBCOMISSÃO VAI ACUSAR GOVERNADOR DE FALSIDADE IDEOLÓGICA, EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS E EXERCÍCIO ILEGAL DO CARGO.

A Subcomissão de Emendas da CPI do Orçamento vai recomendar o enquadramento do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, em três artigos do Código Penal, adiantou ontem o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG). As acusações envolvem falsidade ideológica, emprego irregular de verbas públicas e exercício do cargo de governador ilegalmente antecipado. De acordo com Miranda, que fez parte da comissão que ouviu o governador, Roriz admitiu que aplicava no mercado financeiro verbas orçamentárias. O Código Penal, no artigo 315, prevê pena de detenção de um a três meses para quem der às verbas públicas "aplicação diversa da estabelecida em lei".

Já a pena por falsidade ideológica é de reclusão de um a cinco anos. Esta acusação pesa contra Roriz devido às irregularidades encontradas no convênio assinado entre o governo do DF e o Ministério da Ação Social para a construção de 54 galpões em 18 Estados. O convênio tinha a intermediação da Codeplan — Companhia de Desenvolvimento do Planalto, que escolheu, sem licitação, a Fundação Fraternidade Essênia do Brasil para executá-lo. Devido a esse mesmo convênio, o governador está sujeito ao artigo 324 do Código Penal por "entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais". Esta pena é pequena: detenção de 15 dias a um mês.

A CPI aprovou ontem a quebra do sigilo bancário do fantasma Wanderlan Soares, do "laranja" Valdivino Pinheiro, ex-capataz de Roriz, do jornalista Ronaldo Junqueira, da Fundação Essênia e da presidente da entidade, Joana D'Arc. Os três primeiros foram utilizados para a movimentação bancária de Roriz e no esquema de distribuição de dinheiro



Joaquim Roriz: sujeito a pena de um a cinco anos de prisão.

para sete deputados distritais ligados ao governador.

O governador divulgou uma nota sobre as notícias de seu envolvimento com movimentações bancárias. "Em 1990, quando recebi cheque do jornalista Ronaldo Junqueira, resgatando dívida que ele tinha para comigo, eu sequer era governador; desconheço a origem dos recursos de que o sr. Junqueira se valeu para pagar aquela dívida; e jamais tive qualquer relacionamento, seja pessoal, seja de outra ordem, com o sr. Wanderlan Dias Soares".

Contudo, ontem a CPI conseguiu mais documentos com provas de irregularidades em obras

públicas feitas por Roriz. Inspeção extraordinária feita pelo TCU, a pedido da Subcomissão de Emendas, constatou indícios de licitação dirigida e superfaturamento de preços de mais de 100% nas obras da Escola Técnica Industrial de Brasília, que está sendo construída pela Fundação Educacional do Distrito Federal.

O governador Roriz, entretanto, encaminhou à CPI documento que transfere para o governo federal qualquer irregularidade na construção da Escola. De acordo com o documento, cabia ao Ministério da Educação a obrigação de fornecer o edital, indicar o preço-base da obra e homologar a li-

citação. "Ao DF, por intermédio de sua Secretaria de Educação, caberia apenas receber o repasse e executar a obra".

A Secretaria de Segurança Pública do DF também rebateu, ontem, denúncias de superfaturamento e irregularidades na licitação das obras de ampliação da Penitenciária da Papuda. Segundo a Secretaria, a Construtora OAS já substituiu a carta de fiança, uma das irregularidades apontadas numa auditoria realizada pelo TCU. A nota, no entanto, não se refere ao envolvimento da Construtora Argon, do deputado Tadeu Roriz, primo do governador, no consórcio vencedor.